

UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A ‘INCLUSÃO SOCIAL’¹

Dagmar Estermann Meyer – UFRGS

Carin Klein – Pref. Municipal de Canoas/RS

Agência Financiadora: CNPq

O texto em contexto

O artigo se desdobra de uma pesquisa que combinou procedimentos da pesquisa participante e da pesquisa-ação, e previa a elaboração e implementação de um projeto educativo formal no qual se pudessem discutir resultados de um conjunto de investigações com gestores/as e técnicos/as vinculados/as a secretarias municipais de um município da Grande Porto Alegre/RS, responsáveis por programas de ‘inclusão social’. A pesquisa tomou como referência os pressupostos da educação permanente² e o seu desenvolvimento demandou a elaboração negociada de um projeto de curso e de um conjunto de procedimentos e de técnicas operacionais que visavam a favorecer o intercâmbio pedagógico entre realidades sociais e políticas distintas e o diálogo entre saberes e interesses aos quais se atribuem estatutos sociais e políticos diferenciados³.

O referencial teórico-metodológico articulou estudos de gênero e estudos culturais pós-estruturalistas aos quadros conceituais da vulnerabilidade e da educação permanente em saúde. O *corpus* de análise foi composto por um conjunto de diferentes textos: registros acerca dos processos de negociação e planejamento do curso; diários de campo produzidos durante sua realização; grupos focais realizados com gestores/as, técnicas/os de secretarias e serviços envolvidos e com os/as componentes da equipe de investigação, dois meses após o término do curso. Tais textos foram analisados na perspectiva da análise cultural, para responder a um conjunto de questões e objetivos que incluíam, dentre outros, a produção de um espaço-tempo sistematizado para que políticas direcionadas para a inclusão social pudessem ser discutidas desde a perspectiva de gênero, com o conjunto de instituições/grupos envolvidos com sua operacionalização.

Aqui exploraremos desafios que se colocam a quem está politicamente comprometido com processos de inclusão social. Os mais complexos e abrangentes repercutem em torno das

¹Artigo vinculado à pesquisa de Dagmar E. Estermann Meyer, intitulada *Vulnerabilidade, programas de inclusão social e práticas educativas: uma abordagem na perspectiva dos estudos de gênero e culturais* (2008-2013).

² CECCIM, 2005.

³ Dessa negociação resultou um programa de encontros semanais ao longo do segundo semestre de 2009, de 48 horas/aula. Participaram 22 técnicos e gestores atuantes nas secretarias envolvidas, além das/os integrantes da pesquisa. A participação foi oficializada com a assinatura de um termo de consentimento informado.

seguintes questões: como, e com que formas, políticas direcionadas para a inclusão social (incluindo os conhecimentos que dão suporte a elas) incidem sobre a vulnerabilidade de alguns dos sujeitos/grupos que elas pretendem modificar ou romper? Do ponto de vista de gênero, elas poderiam estar contribuindo para manter e/ou aumentar essa vulnerabilidade? Voltamo-nos para a discussão dessas questões delimitando-a em torno de um dos focos que dela se desdobram: os processos de generificação que envolvem a precarização do emprego e das condições de trabalho, a infraestrutura dos serviços e os modos como as profissionais se veem nessa organização, no entorno de políticas de inclusão.

A problemática da ‘generificação da inclusão’ em cena

Algumas autoras feministas⁴ argumentam que mulheres de diferentes estratos sociais estão sendo posicionadas crescentemente como importantes agentes de implementação de ajustes econômico-sociais que redundam em enxugamento de serviços sociais e que isso tem intensificado tanto o trabalho que elas realizam no plano familiar, como fragilizado o seu trabalho no plano profissional. Como decorrência, elas têm sido interpeladas, incisivamente e de diferentes modos, como ‘produtoras’ de educação e de saúde no âmbito de suas famílias, comunidades e em seu contexto profissional, uma vez que as profissões/funções envolvidas com proteção, promoção e provisão de cuidado são desenvolvidas predominantemente por mulheres⁵. Nessa direção, outros estudos⁶ têm discutido, também, a responsabilização crescente de mulheres-mães (sobretudo das pobres) em políticas nomeadas como sendo de inclusão social. Nelas, tais mães são posicionadas, ao mesmo tempo, como causadoras dos problemas enfrentados por seus núcleos familiares e como agentes responsáveis pela promoção da inclusão social. Concomitantemente, no que se refere à concepção e às condições de trabalho (materiais e simbólicas), bem como aos contextos institucionais em que as políticas se materializam como ações programáticas, evidenciam-se precariedades similares às vividas pela população às quais estas se dirigem.

Argumentamos que tal contexto/situação integra um movimento de ‘generificação da inclusão social’, que discutimos apurando nosso olhar sobre alguns dos modos pelos quais o gênero atravessa e constitui formas de conhecimento, distribuição de recursos, processos de organização do trabalho e a estrutura de instituições e serviços implicados com a inclusão

⁴ ANZORENA, 2010; DUSCHATZKY, 2008; MARIANO, 2009b.

⁵ GASTALDO et al., 2003.

⁶ MEYER, 2006; MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012; KLEIN, 2012.

social, articulando-se com determinados posicionamentos de profissionais de diversos níveis e tipos, na maioria mulheres, para interpelá-las como parceiras diretas das famílias-mães na implementação da inclusão.

Abordamos esse movimento a partir do que apreendemos, no campo de investigação, como dificuldades, capacidade de resistir, de fazer muito com pouco, de doar-se e resignar-se e que, na maioria das vezes, se apresenta como ‘competências’ e capacidades que integrariam uma suposta ‘natureza feminina’; competências que, em muitas situações, contribuem efetivamente para transformar cotidianos de vidas muito complexos, conflituosos, precários e contestados; e que, exatamente porque estão alocadas no domínio da ‘natureza’ são tomadas como competências ‘tácitas’.

Esse termo é usado com o sentido que Daniele Kergoat⁷ atribuiu ao conceito de qualificações tácitas: componentes implícitos e não organizados da qualificação, adquiridos pela socialização *lato sensu* e que incluem habilidades, atitudes, comportamentos e valores, além de conhecimentos e técnicas, que se tornam indispensáveis ao tipo de trabalho realizado, mas não são valorizados como qualificação estrito senso. Em convergência com essa noção, mulheres ocupariam determinadas posições no mercado de trabalho e desenvolveriam determinadas funções e tipos de trabalho, não porque foram bem formadas para elas pelo sistema educacional, “mas porque são bem formadas pelo conjunto do trabalho reprodutivo”⁸ para o qual são educadas.

Do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, tal noção tem sido útil para explicar questões como: salários desiguais para homens e mulheres que desempenham as mesmas funções; dificuldades de inserção de mulheres e homens em determinadas posições ou profissões; prevalência de mulheres em determinadas profissões (voltadas ao cuidado, por exemplo). Estudos que discutem o trabalho também utilizam as noções de flexibilização e precarização do emprego, dos processos de organização e das condições de trabalho⁹. Conectadas às questões que colocamos, essas noções ajudam a (re)compor um quadro conceitual para entender como se reconfigura e se atualiza, no contexto da racionalidade neoliberal e das políticas que ela informa, no Brasil contemporâneo, o processo que nomeamos de generificação da inclusão social.

Aqui, políticas são compreendidas como artefatos centrais de organização social, porque promovem seus objetivos por meio da normatização e administração de várias esferas

⁷ 1989.

⁸ *Ibidem*, p. 94.

⁹ CARVALHO, 2000; MARIANO, CARLOTO, 2009a.

da vida cotidiana dos sujeitos aos quais se direcionam, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos e não de outros¹⁰. Concebê-las dessa maneira autoriza dizer que um dos modos de conhecer suas formas de funcionamento e seus efeitos passa pelo exame de relações de poder colocadas em ação nas proposições programáticas dos governos que as promovem, os quais, através de suas instituições e nas práticas assistenciais e educativas a elas vinculadas, investem sobre as famílias no sentido de instituir ‘modos de viver a vida’ que devem produzir o que, nelas, se entende como inclusão social (saúde, educação, acesso a bens e serviços e ao trabalho). Autoriza discutir, ainda, ‘como’ tais políticas incidem sobre os sujeitos gestores e técnicos e sobre seus contextos profissionais, porque instituem modos de organização do trabalho em instituições e serviços públicos, bem como modos de viver e de fazer destes sujeitos que, assim, também produzem e governam. Permite, por fim, dizer que as políticas incidem sobre as redes de significação de gênero dos contextos em que emergem, ao mesmo tempo em que são atravessadas e afetadas por elas. Ou seja: as políticas são generificadas. E, nesse caso, argumentaremos que essa generificação resulta, atualizada e ressignificada, em feminização.

Utilizamos o conceito de gênero afastando-nos de abordagens que focalizam subordinações e desigualdades como sendo derivadas do desempenho de papéis, funções e características culturais estritas de mulheres e de homens, para assumir que o social e a cultura, *lato sensu*, são constituídos, atravessados e organizados por discursos instituintes de feminilidades e de masculinidades que, ao mesmo tempo, os produzem e ressignificam. Como sinaliza Dagmar Meyer¹¹, isso implica considerar, dentre outras coisas, que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por pressupostos de gênero, ao mesmo tempo em que estão implicadas com sua produção, manutenção e ressignificação. Enfatiza-se a necessidade de compreender os diferentes modos pelos quais o gênero opera estruturando o social e é esta dimensão do conceito que priorizamos para descrever dimensões da generificação, aqui traduzida como feminização.

A noção de vulnerabilidade supõe “considerar a chance de exposição das pessoas [a agravos e problemas sociais] como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos [e] contextuais”¹² que estão implicados com uma maior suscetibilidade a eles e, concomitantemente, com a maior ou menor disponibilidade de

¹⁰ SHORE; WRIGHT, 1997

¹¹ 2011.

¹² AYRES et al., 2003, p. 123.

recursos de proteção. Seu uso demanda o exame de processos de “distribuição desigual do risco” e de diferenciação social que se materializam como desvantagens de diversos tipos¹³, o que ajuda a compreender *como* determinados grupos e sujeitos se tornam, em determinado tempo e lugar, mais suscetíveis a determinados agravos do que a outros. É o componente programático da vulnerabilidade que nos interessa aqui. Ele inclui o grau e a qualidade de compromisso, recursos, gerência e monitoramento de prevenção e cuidado que são importantes para identificar necessidades, canalizar recursos sociais existentes e otimizar seu uso. Envolve as formas que tais políticas efetivamente assumem na concretude das práticas que são desenvolvidas nos diferentes níveis de sua implementação; envolve, ainda, os processos formais de produção de conhecimento, tanto em termos do que se prioriza conhecer, do incentivo político e financeiro que decorre da priorização do que se busca conhecer, quanto da decisão política que determina a maior ou a menor viabilidade, validade e visibilidade desses conhecimentos. E comporta também as políticas de formação profissional, os processos de gestão dos serviços, a organização de processos de trabalho, dentre outras coisas que estão implicadas com sua operacionalização.

Muitas das situações reiteradamente nomeadas por participantes da pesquisa como dificuldades e limites do trabalho integram o componente programático da vulnerabilidade. O sistema de ensino público, a Estratégia de Saúde da Família, a política Primeira Infância Melhor (PIM/RS)¹⁴ e outros programas de governo preveem, por exemplo, a contratação temporária de técnicos/as, visitantes/as e estagiários/as para suprir a falta de profissionais existente nas redes. São contratos com duração de seis meses a um ano que podem ser renovados uma ou duas vezes. Disputas políticas locais e a burocracia envolvida no repasse de verbas aos municípios e nos processos de recontração implicam descontinuidades de meses nos processos assistenciais e de educação em saúde pelos quais esses/as profissionais são responsáveis.

No caso do PIM, as ‘mulheres da comunidade’ que buscam ser contratadas como visitadoras¹⁵ encontram-se, muitas vezes, em situações de trabalho precário muito próximas às

¹³ DELOR, HUBERT, 2000.

¹⁴ O PIM objetiva “orientar as famílias e gestantes, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p. 7). Os critérios de seleção das áreas ‘beneficiadas’ pelo PIM incluem: número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, menor número de crianças assistidas em escolas infantis, maior taxa de mortalidade infantil e maior vulnerabilidade social.

¹⁵ Os primeiros processos de seleção de visitadoras levaram em conta critérios como: residir na comunidade, possuir primeiro grau completo e ter alguma vinculação com trabalhos comunitários naquela localidade. Suas funções incluem: cadastrar, planejar, orientar, desenvolver atividades, elaborar materiais, acompanhar e controlar a qualidade das ações educativas que as famílias devem realizar, promovendo estimulação ‘adequada’ ao

do público-alvo da política e, uma vez empregadas com contratos temporários, não tem nenhuma garantia de estabilidade de emprego. Segundo relatos documentados, na região em foco era recorrente, por exemplo, que ex-visitadoras atuassem como ‘voluntárias’ em festas, capacitações e outras atividades educativas com um claro propósito: ser vista e voltar a trabalhar, contratada, como visitadora. Em uma dessas situações uma delas perguntou aos técnicos sobre as novas contratações, dizendo que ela e seu marido estavam desempregados e precisavam trabalhar. Contou, ainda, que antes de ser contratada pela primeira vez, em 2003, havia ficado por um período de oito meses trabalhando como voluntária e que chegou a vender coisas de dentro de casa para sobreviver.

Helena Hirata¹⁶ diz que é indispensável refletir sobre o contexto econômico globalizado observado desde o início de 1990, onde se desenvolve, de forma indissociável, tanto um processo de precarização social, familiar e do trabalho quanto a diminuição da proteção social, a redução e o sucateamento dos serviços públicos. Paradoxalmente, tal contexto está implicado também com a criação e ampliação de políticas sociais focalizadas ou de inclusão social, voltadas para segmentos específicos: desempregados, famílias pobres, jovens que moram em contextos de violência, gestantes, mulheres chefes de família, crianças sem acesso a educação formal, etc.

Assim, quando ex-visitadoras se dispõem a trabalhar em atividades variadas sem receber salário, demonstram tanto o desejo e a capacidade de cumprir uma espécie de missão social (redentora) quanto a fragilidade que cerca as relações de trabalho e que se expressam nas formas de contratação, nos modos como falam da função, nas justificativas que legitimam as suas atividades o que, em conjunto, acaba por organizar e dirigir o seu exercício profissional.

Hirata indica que, atualmente, verifica-se uma participação crescente de mulheres tanto no setor formal quanto nas atividades informais; ocorre também uma bipolarização dos empregos femininos decorrente de processos em ação na esfera educativa: de um lado mulheres executivas exercendo profissões intelectuais e, de outro, “uma grande maioria de mulheres em profissões tradicionais consideradas pouco qualificadas, com baixa remuneração e pouco valorizadas socialmente”¹⁷. Ela adverte que a precarização

desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos, desde a gestação.

¹⁶ 2011.

¹⁷ Ibidem, p. 17.

[...] conduz à intensificação do trabalho, porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis dos que estão desempregados e que procuram trabalho, e que estão dispostos, de certa forma, a aceitar condições salariais e condições de trabalho mais difíceis e mais penosas [...] essa intensificação é também o resultado [...] de organizações flexíveis do trabalho e da produção, essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e de emprego no momento atual.¹⁸

Na região em foco, uma suspensão de quase dois anos na contratação de visitadoras (sujeitos centrais das atividades educativas realizadas com famílias de crianças assistidas), implicou a supressão do acompanhamento mais direto às residências e também a realização de atividades educativo-assistenciais que ali se desenvolviam; parte delas foi incorporada ao trabalho de modalidade grupal realizado, uma vez por semana, com outras conformações e condições. Os encontros semanais de incentivo ao cuidado e ao desenvolvimento infantil passaram a ocorrer sob a condução de técnicos/as, em uma associação comunitária com estrutura física e recursos muito precários: cadeiras quebradas, sujeira, repartições inadequadas, falta de iluminação, falta de material e compartilhamento do espaço com outras ações (alfabetização de mulheres, informática, doação de ranchos, etc). Além disso, as usuárias precisavam levar as crianças para os encontros e a realização das atividades educativas acabava ocorrendo em meio a choros, brincadeiras, animais e dispersão. Para chegar a seus locais de trabalho, a equipe técnica utilizava meios de transporte próprios, trazia e improvisava material pedagógico e de apoio, e enfrentava grandes dificuldades no desenvolvimento do trabalho e da ‘rede de proteção’ pública mais ampla.

Uma vez que a criação e o fortalecimento de vínculos entre a população assistida e os serviços públicos são destacados como importantes para efetivar a adesão das famílias a programas de inclusão social como esses, pode-se argumentar que a rotatividade de profissionais e a precariedade das relações de trabalho, muitas vezes intercalada com a falta deles nos serviços, é um condicionante importante da (não) efetividade do trabalho realizado. Como sinaliza uma técnica do Programa de Atenção Integral à Família, na Grande Porto Alegre:

[...] essa rotatividade dos profissionais causa uma descontinuidade no trabalho porque tu não sabes até que ponto a pessoa trabalhou isso, até que ponto foi trabalhado [...] aí o profissional é outro, começa a trabalhar tudo de novo [...]; o município está tentando [...] reverter isso fazendo a contratação de novos

¹⁸ Ibidem, p. 18.

profissionais do quadro mesmo de funcionários, justamente porque a gente sinaliza muito isso, a necessidade do trabalho continuado, tanto pela vinculação com o profissional que está lá quanto pela continuidade do mesmo.

Assim, a precarização traduzida em contratos de trabalho temporários atinge tanto trabalhadores sem formação profissional formal, quanto profissionais formalmente qualificados. E, nesse caso, a precarização abrange fundamentalmente funções e ações conectadas ao cuidar, especialmente ao cuidado com educação, proteção social e saúde, que têm sido historicamente representadas como femininas¹⁹. A problemática, portanto, parece reproduzir-se e atualizar-se, para tornar-se muito mais complexa no contexto da in/exclusão produzida nas sociedades neoliberais globalizadas.

Raquel Raichelis²⁰ analisa perspectivas e dilemas que cercam profissionais da assistência social que vem sendo reconhecidos como referência em políticas de assistência social como o Sistema Único de Assistência Social. Ela argumenta que, com elas, vem ocorrendo uma rápida expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais por todo território nacional mas que, paradoxalmente, tal expansão vem sendo regida por “contratos terceirizados, subcontratados, temporários, [...] em tempo parcial ou por projeto, para citar apenas algumas formas de fragilização”²¹ a que tais profissionais agora estão expostas.

Tal cenário se repete em outros programas e instituições implicadas com a inclusão social e, nele, vêm se intensificando “mudanças nos processos de organização, gestão e nas relações e vínculos laborais” que incidem na retração do trabalho regulamentado e resultam em “amplios contingentes de trabalhadores flexibilizados, informatizados, precarizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva”²², também na esfera do Estado. Para ela, tal dinâmica acaba por obscurecer a responsabilidade do Estado na (falta de) efetividade das ações direcionadas para os usuários, uma vez que os sujeitos que as implementam estão subordinados à lógica dos mercados, a prazos contratuais exíguos e precários, e a recursos financeiros e estruturais insuficientes.

Tudo isso repercute na qualidade do trabalho técnico, na continuidade das ações e na manutenção de vínculos com os serviços, alimentando o descrédito da população alvo nas ações públicas. Entretanto, os mesmos processos que legitimam vínculos laborais precários na esfera do Estado também reposicionam o sujeito mulher: responsabilizado pelo cuidado na esfera doméstica e familiar e, agora, como profissional/agente responsável pela inclusão

¹⁹ LAVINAS; SORJ, 2000, CARVALHO, 2000.

²⁰ 2010.

²¹ Ibidem, p. 758.

²² Ibidem.

social na esfera de políticas públicas que sinalizam, dentre seus objetivos, “desenvolver ações e serviços básicos [...] tendo por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários [...] e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência”²³, como refere um documento normativo de um desses programas.

No contexto de uma discussão acerca dos limites que a falta de estrutura adequada de trabalho coloca ao desenvolvimento de suas ações, as profissionais se perguntam:

- Mas por que nós nos responsabilizamos? Porque a gente está trabalhando pela política pública, e que mecanismos nós, lá na ponta, podemos utilizar para mudar essa realidade que está inscrita em um formato que não está servindo?

- Daí eu fico pensando, pra que inaugurar o equipamento e dizer que nós vamos fazer a política, quando nós não temos condições de atender a todos [...] como é que noticiamos que vamos atender denúncias de violência, que nós vamos resolver e quando a gente vai lá verificar a denúncia, [...] a gente não consegue fazer a segunda intervenção mais imediata? Isso está acontecendo e me incomoda muito [...].

Grupo Focal, 09/04/2010

Ao mesmo tempo, as técnicas indicam que assumem e chamam para si tanto a responsabilidade de resolver os problemas da população usuária que demanda seus serviços quanto problemas estruturais e institucionais básicos (de competência do Estado) que travam a implementação e o alcance das ações de inclusão. O relato em que uma das participantes, professora de ensino fundamental da rede municipal, descreve sua sala de aula, que funcionava provisoriamente dentro de um contêiner²⁴, é um exemplo disso. Ela contou que, quando chovia forte durante a noite, a sala estava alagada pela manhã. Ela então recebia seus alunos, orientava-os a se sentarem nas ‘classes’²⁵ com as pernas e os pés cruzados sob o corpo, e começava a rotina do dia (contar o que se fez no dia anterior) enquanto ia tirando a água da sala e secando o chão com o rodo. A ênfase que pretendia dar a seu relato não era a da reclamação e nem a da crítica, e sim a de que é possível dar boas aulas e desenvolver atividades interessantes em ambientes muito precários, desde que haja disposição e comprometimento da profissional.

Assim, além da falta de profissionais e de sua rotatividade, as condições estruturais e dos espaços físicos onde os trabalhos se desenvolvem também interferem em sua realização:

²³ http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.368187001253287033_4_unidade_iii_cras_e_paif.pdf
Acesso em 13 de março de 2013.

²⁴ É importante não perder de vista que estamos nos referindo ao RS e a municípios que fazem parte de regiões que apresentam os maiores índices de PIB e de IDH do país.

²⁵ Termo que se refere a cadeiras escolares.

crianças pequenas precisam ser levadas junto para atividades direcionadas aos adultos responsáveis; espaços de trabalho que oferecem pouca segurança e são inadequados para os fins a que se destinam, cujo uso deveria ser provisório, se tornaram permanentes (varandas, ‘puxados’, toldos estendidos diante de *trailers*, contêineres funcionando como salas de aula, redes elétricas e hidráulicas inadequadas, uso de casas alugadas com divisões internas que não atendem às necessidades do trabalho e dificultam a privacidade dos atendimentos, encontros com grupos debaixo de árvores); além dos riscos que se corre em visitas a domicílios situados embaixo de viadutos e de redes de alta tensão ou em regiões conflagradas.

A falta de computadores e de acesso à internet nas unidades de trabalho foi outro limitador amplamente citado no campo da pesquisa:

- Os próprios CRAS não sabem o que é feito no outro.
- [...] a gente tem que comunicar vocês [...] mas nós não temos como comunicar vocês a não ser na nossa casa.
- Não tem nem internet?
- Não tem internet, agora nós ganhamos um computador, mas não tem nem impressora.
- Faz uma semana que ganhamos e ainda não tá funcionando!
- Então tudo é feito em casa.
- Só entre nós, com a iniciativa nossa, né?

Grupo Focal, 16/04/2010

Enquanto os documentos normativos de todas as políticas supõem registros e disponibilização *on-line* de cadastros e informações, e o funcionamento é planejado em torno dessa suposição, a falta de computadores (ou de sua manutenção básica) e de acesso à internet se transformam em grandes problemas: professoras que recebem estudantes vinculados ao Programa Bolsa Família não são informadas disso, não têm acesso aos cadastros das famílias e ficam responsáveis apenas pelo atestado de frequência sem comunicação com outras instituições também vinculadas ao seu atendimento. Informações e registros que interessam a mais de uma secretaria e, dentro delas, a mais de um serviço, precisam ser geradas de novo, a cada vez que são demandadas, etc. Como refere a técnica:

Muita coisa se perde, nós temos um problema grande de documentação, [...] nós não temos computador aqui. Nós precisamos ir à secretaria [...] pra conseguir documentar as coisas, pra conseguir responder ofícios. [...] tudo tu tens que fazer uma cópia, mesmo que saia do teu bolso, já cansei de fazer isso, de tirar dinheiro do meu bolso pra xerox, para digitar coisas na minha casa, no meu computador, porque não tinha tinta, nós chegávamos a ficar meses sem, como é que tu vais fazer um relatório assim? Às vezes faltam folhas, [...] coisas simples faltam [...] Se nós tivéssemos uma rede

interligada de computadores, onde os dados das famílias estão lá, como estava previsto no projeto da rede de proteção metropolitana, talvez ficasse mais tranquilo.

Agregam-se a isso dificuldades mais complexas referentes à operacionalização de redes de atendimento integrado, compartilhamento de informações, possibilidades de encaminhamento e de conhecimento da multiplicidade de programas desenvolvidos nas próprias secretarias e naquelas que compõem a rede de proteção social básica (saúde, educação, desenvolvimento social, justiça e segurança pública), a reduplicação de programas e de ações muito semelhantes, a falta de recursos em um e a devolução compulsória de recursos já liberados em outros que não puderam ser gastos dentro dos prazos predeterminados, a distância entre o que se preconiza e os modos de viver a vida das populações-alvo que confronta, muitas vezes, os/as técnicos/as com situações ‘impensadas’ em contextos ‘impensáveis’.

Dessa forma, pode-se dizer que a intersetorialidade, transversalidade e interdisciplinaridade, pressupostas como fundamentos para o funcionamento de políticas sociais de Estado e de governo no Brasil atual, estão longe de se materializar nas políticas e serviços investigados. E isso porque, em quase todos os casos, o que se espera é que elas se materializem por meio da ação isolada dos indivíduos que devem assistir, educar e cuidar nesses contextos. O pressuposto da individualização da responsabilidade, tanto do sucesso quanto das falhas (sobretudo destas), não é prerrogativa da população que se assiste. Ela atinge também, e fortemente, aqueles que trabalham nessas políticas. Da mesma forma, o vocacionalismo, a afetividade e a força de vontade continuam a ser elementos muito mobilizados para impulsionar e explicar ações bem e malsucedidas, nesses contextos profissionais. Então é preciso lembrar que esses elementos são culturalmente apresentados como integrantes de um determinado tipo de feminino e de atividades profissionais vinculadas à educação, à saúde e à ação social. São tomadas, em muitos casos, como competências ‘tácitas’.

Graciela Cardarelli e Mónica Rosenfeld²⁶ argumentam que as instituições sociais, principalmente as que atuam com as populações pobres, assumem aspectos do universo simbólico que as rodeia, incorporando sentidos e, dizemos nós, pressupostos de gênero que atravessam e dão forma a seus eixos de funcionamento. Nesse sentido, argumentamos que ações e políticas endereçadas às mulheres-mães precisam legitimar-se com enunciados como vocação, abnegação, amor incondicional e outras ‘virtudes’ representadas como sendo

²⁶ 2008.

essencialmente femininas. Esses enunciados se articulam e atuam na direção de conformar modalidades educativas e de intervenção social, bem como definir e posicionar quem é a população-alvo, quais são o território e as fronteiras da pobreza, quem são os atores que devem atuar, como devem ser os serviços, seus profissionais e seus usuários. Claudia Anzorena²⁷ e Silvia Duschatzky²⁸ argumentam que, ao mesmo tempo em que se promove a desresponsabilização do Estado no que se refere à assistência e à seguridade social, investe-se na otimização de *competências femininas* que devem promover ‘remendos’ das carências de serviços públicos e de efeitos destrutivos decorrentes da precariedade das relações de trabalho mais amplas. Assim, um dos efeitos subjetivos da discursividade presente nas políticas de inclusão social é o de que a responsabilidade pelo trabalho de educação, assistência e cuidado de jovens, crianças e doentes, em contextos precários e mal remunerados deve estar alicerçada, fundamentalmente, em competências historicamente representadas como femininas (ora preconizadas como responsabilidade de técnicos/as, ora das mulheres-mães); e nós acrescentamos que tudo isso independe do sexo dos indivíduos que as desenvolvem. Ou seja, na perspectiva de gênero que adotamos, definir competências (assim como instituições, políticas, conhecimentos etc.) como sendo femininas não implica, necessariamente, que elas sejam desenvolvidas por mulheres, muito embora os textos programáticos raramente assumam essa noção. E é esse o processo de feminização da política.

Anzorena destaca ainda que as políticas de inclusão social enfatizam a importância da incorporação de componentes de gênero, mas que, em muitos casos (como também constatamos na pesquisa), essa ênfase acaba por naturalizar lugares e funções socialmente construídas como femininas/masculinas, desconsiderando os efeitos sociais e políticos que tais discursos promovem e reforçam. O funcionamento dessa engrenagem promove impactos tanto no que se refere à organização e à permanência de mulheres e homens em lugares específicos, como traz prejuízos a ambos no que se refere às condições de mercado e trabalho que continuam atravessadas por condições desiguais de gênero, produzidas “por determinantes materiais, culturais e ideológicos que estabelecem um tipo de trabalho mais adequado segundo o gênero.”²⁹.

Talvez situações e contextos como os aqui descritos demandem que tanto técnicas/os como diferentes categorias de agentes (comunitárias, visitadoras, promotoras sociais, voluntárias etc.) construam e instituem significados específicos para sua formação e para dar

²⁷ 2010.

²⁸ 2008.

²⁹ 2010, p. 742.

conta de funções nas quais necessitam lançar mão, cotidianamente, de ‘qualidades altruístas’ e de posicionamentos que se encaixam em representações do/a trabalhador/a ‘afetuoso/a’, ‘comprometido/a’ e ‘criativo/a’. Fica invisibilizado, aí, um sistema de trabalho marcado simbolicamente pela vulnerabilidade e pela necessidade de ‘enfrentar’ situações de extrema precariedade e violência, com o objetivo de ‘fortalecer’ e ‘ajudar’ a comunidade ‘carente’ devido à relevância social de ações (quase redentoras) que precisam ser desenvolvidas com famílias ainda mais pobres e vulneráveis.

Para concluir

Situações e relatos como estes dão pistas importantes de processos de legitimação de equipamentos públicos, em que a precariedade, além da improvisação e da boa vontade parecem ser uma constante. Pode-se dizer que os/as próprios/as técnicos/as naturalizam e incorporam a escassez e a inoperância como dimensões inerentes ao seu trabalho (tal como a população pobre, alvo dos programas sociais) e assumem que precisam ‘perseverar’ e/ou ‘tirar do próprio bolso’ os recursos (ou incentivar e valer-se de trabalhos voluntários) para fazer cumprir as diretrizes de inclusão formuladas pelo Estado.

Assim, quando se trata de populações pobres a serem interpeladas pelas políticas de inclusão social, acionam-se, sobretudo, mulheres mães, posicionando-as como responsáveis pelos problemas sociais enfrentados e como parceiras do Estado para promover sua solução. Neste artigo, ampliamos esse argumento defendendo que, para realizar as propostas estabelecidas pelo Estado, profissionais são igualmente responsabilizados e precisam ‘doar-se’, ‘fazer muito com pouco’ e ‘fortalecer redes de solidariedade’, a fim de cumprir um conjunto de demandas que encobrem tensões políticas, sociais e econômicas muito mais amplas, profundas e complexas.

Isso nos leva a pensar sobre a complexidade da relação entre (e, em certos casos, incomensurabilidade entre) produção de conhecimento, justiça social, formação profissional e gestão pública, quando se tem como alvo a promoção de inclusão social, em contextos como o Brasil. Situar essa relação nesse processo que nomeamos ‘generificação da inclusão social’ amplia essa complexidade não só porque se trata de políticas setoriais direcionadas fundamentalmente para determinados tipos de mulheres e suas famílias e executadas majoritariamente por profissionais mulheres, mas porque promover inclusão social, naquilo

que envolve cuidar de si e dos outros, continua sendo representado como sendo ‘da ordem do feminino’.

Assim, o exercício de cuidar de si e dos outros implica a ‘feminização’ tanto de conhecimentos e práticas de promoção da inclusão quanto de instituições e sujeitos (profissionais e usuários) nelas implicados (e isso independe do sexo anatômico dos indivíduos envolvidos). Na medida em que assumimos que o gênero é um organizador do social e da cultura, tal feminização pode ser tomada como ‘um’ efeito importante do processo de generificação das políticas. Nessa direção, além de sinalizar para um processo social de generificação da inclusão que delimita importantes dificuldades técnicas e estruturais enfrentadas na implementação de políticas sociais, essas cenas e falas visibilizam fragilidades e limites que atingem não só as famílias usuárias como também aqueles que deveriam implementá-las (por exemplo: instabilidade no emprego, falta de condições materiais e estruturais para a realização do trabalho, frustração por não dar conta das metas colocadas para o serviço etc.). Argumentamos que isso contribui tanto para fortalecer a responsabilização do sujeito profissional-usuário/a pelo enfrentamento e pela solução dos problemas sociais como para conformar as próprias políticas públicas.

Importa, pois, vislumbrar linhas de fuga e problematizar essa trama, perguntando-nos, enquanto profissionais que atuamos nesses campos: que políticas, que conhecimento e que intervenções se tornam necessárias nessa complexidade social? Como o conhecimento acumulado pelos estudos feministas, articulado ao quadro conceitual da vulnerabilidade, pode contribuir para reconfigurar essa problemática e as questões que dela emergem?

Referências

ANZORENA, Claudia. “‘Mujeres’: destinatarias privilegiadas de los planes sociales de inicios del siglo XXI – Reflexiones desde una perspectiva crítica de género”. *Estudios Feministas*, v. 18, n. 2, p. 725-746, 2010.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. “O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios”. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (org.). *Promoção da saúde – conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-140.

CARDARELLI, Graciela; ROSENFELD, Mónica. “Con las mejores intenciones: acerca de La relación entre El estado pedagógico y los agentes sociales”. In: DUSCHATZKY, Silvia

(org.). Tutelados y asistidos: programas sociales, políticas públicas y subjetividad. Buenos Aires: Paidós, 2008.

CARVALHO, Marília Pinto de. “Gênero e política educacional em tempos de incerteza”. In: HYPOLITO, Álvaro Moreira; GANDIN, Luís Armando (org.). Educação em tempos de incertezas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 137-162.

CECCIM, Ricardo. “Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário”. Interface: comunicação, saúde, educação, v. 9, n. 16, p. 161-168, 2005.

DELOR, François; HUBERT, Michel. “Revisiting the concept of ‘vulnerability’”. Social Science & Medicine, v. 50, p. 1557-1570, 2000.

DUSCHATZKY, Silvia (org.). Tutelados y asistidos: programas sociales, políticas públicas y subjetividad. Buenos Aires: Paidós, 2008.

GASTALDO, Denise et al. “Transnational health promotion: Social well being across borders and immigrant women’s subjectivities”. In: ASGHARZADEH, Alireza; OKA, Keyleen U. (org). Diasporatic Ruptures: Transnationalism, globalization, and identity discourse. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

HIRATA, Helena. “Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão”. Caderno CRH, v. 24, n. especial, p. 15-22, 2011.

KERGOAT, Danièle. “Da divisão do trabalho entre os sexos”. Tempo Social, n. 1, v. 2, p. 88-96, 1989.

KLEIN, Carin. “Educação de mulheres-mães pobres para uma ‘infância melhor’”. Revista Brasileira de Educação [online], v. 17, n. 51, p. 647-660, 2012.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. “O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras”. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 211-236.

MARIANO, Silvana; CARLOTO, Cássia. “Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família”. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 3, p. 901-908, dez 2009a.

MARIANO, Silvana. “Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 2, p. 119-157, jul./dez. 2009b.

MEYER, Dagmar. “A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento”. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2006.

MEYER, Dagmar. “Gênero e educação: teoria e política”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1, p. 9-27.

MEYER, Dagmar; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia. “Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil contemporâneo”. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, maio/ago. 2012.

RAICHELIS, Raquel. “Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas”. *Serviço Social & Sociedade*, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. Guia de orientação para GTM, monitor e visitador. Contribuições para políticas na área do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. *Antropology of policy: critical perspectives on governance and power*. London: Routledge, 1997.